

Artes Visuais e Políticas Culturais no Brasil: reflexões de um debate dinâmico

Ricardo Agum Ribeiro¹
Sávio Luis Stoco²

Abordar a temática de Artes Visuais e Políticas Culturais no Brasil se apresenta como um desafio por dois fatores, o primeiro se traduz pela exploração, até então, tímida a respeito das políticas culturais no âmbito da ciência política; o outro desafio se apresenta pela abordagem pontual das artes visuais como uma vertente de interesse pela área fora do circuito das artes. No entanto, o ponto principal das abordagens aqui estabelecidas consolida um diálogo entre os atores executores das ações referentes às artes visuais e, fundamentalmente, às instituições promotoras ou impulsionadoras das atuações estruturadas ou estruturantes.

Por quais razões procedemos como importante um dossiê que trata a respeito de Artes Visuais e Políticas Culturais no Brasil? São inúmeros os fatores, mas gostaríamos de destacar apenas alguns com o intuito de evidenciar a relevância do tema. Começando pela última parte do título, Políticas Culturais no Brasil, que nos remete ao entendimento acerca de questões umbilicais quanto à feitura e efetivação de políticas públicas, perpassando questões de entendimento quanto à elaboração de um arcabouço político institucional que busca atender as demandas culturais em questão, com base nas premissas do Estado. Por Artes Visuais entende-se um campo de produção cultural que se estrutura a partir de tradições, e paralelamente, mantém muitas vezes, um desejo pela inovação, a

¹ Cientista Político, graduado em Ciências Sociais, Mestre em Antropologia e Doutor em Ciência pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Atualmente é pesquisador visitante do Instituto Leônidas e Maria Deane - Fiocruz Amazônia. Bolsista DCR CNPq/FAPEAM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9872755223785433>

² Doutorando em Meios e Processos Audiovisuais pela Universidade de São Paulo, USP. Mestre em Artes Visuais - Unicamp. Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Amazonas, UFFAM. Integrante do grupo CNPQ História e Audiovisual (ECA-USP). Bolsista de doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, FAPEAM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3206903170798612>

quebra de paradigmas, com finalidade de desenvolver questões temáticas sociais e/ou formais. É de se ressaltar que as artes são um campo previsto em legislação vigente no tocante à Educação e aos direitos do cidadão. Fica claro entender, assim, porque percebemos que são duas vertentes que estabelecem forte e dinâmico diálogo entre si.

A junção das duas condicionantes nos permite refletir e contribuir para uma discussão teórico/prática que vem nas últimas décadas se consolidando e se diversificando no Brasil, tanto em âmbito das pesquisas acadêmicas, como fora dos muros desta instituição. Muitos autores consideram que, no século XX, no que concerne à implementação de uma política cultural voltada às Artes Visuais que deveria abarcar o país, a história se inicia efetivamente com a criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e seu Instituto Nacional de Artes Plásticas (INAP) (ANDRIANI, 2010)³. O desafio que se impõem no momento, certamente, é o de evidenciar tais práticas e convergir para uma interpretação não unívoca do tema, mas problematizadora, no entanto, nos sentimos compelidos a lançar luz aos aspectos práticos em curso. Desvencilhando da possível imagem de ineditismo, nós direcionamos o dossiê para um entendimento das questões questionadoras de estudos que visassem à exploração de uma variedade de procedimentos teóricos metodológicos que fossem caros a percepção da importância deste duplo tema, e também, como material de campos, saberes e momentos, que por vezes, podem se encontrar na lateralidade das discussões acadêmicas.

Como nos aponta Lima, Ortellado e Souza (2013), na década de 1990 houve um alargamento quanto às questões direcionadas aos estudos de políticas culturais no Brasil. Este cenário foi fortalecido por uma percepção de que havia espaço de grupos que reivindicavam a inclusão de suas práticas no período pós-redemocratização. Cabe ressaltar que não estamos, necessariamente, ignorando o entendimento antropológico da cultura, mesmo porque tal fato se contradiria aos

³ A FUNARTE foi instituída pela Lei 6.312 de 16 de dezembro de 1975. Sua finalidade era a de promover em todo o território brasileiro, a prática, o desenvolvimento e a difusão das atividades artísticas. Já contando com o Instituto Nacional de Música (INM) e o Instituto Nacional de Artes Plásticas (INAP), a Funarte incorporou em 17 de março de 1978 o Decreto n.º 81.454 o Serviço Nacional de Teatro (SNT), a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu Villa-Lobos. (ANDRIANI, 2010, p. 15). Atualmente o INAP cede lugar ao Centro de Artes Visuais (CEAV).

aspectos de entendimento teórico metodológico, mas não objetivamos uma discussão em tal patamar, por entender as particularidades de cada área. Estabelecemos para tanto uma interpretação interdisciplinar para que o enfoque das discussões pudesse não apenas somar, mas potencializar os aspectos normativos predeterminados por áreas específicas.

É possível identificar como presente na prática dos estudos de políticas culturais no Brasil, o Estado impulsionador da política pública (*public policy*) por meio da percepção e ação política (*policy*). Observa-se também a análise das políticas culturais como uma forma de democratizar não somente o acesso aos bens culturais, também como forma de valorar as práticas culturais. Buscaremos entender as práticas expostas nos artigos como as que se consolidam de fato como uma política de cultura ou que ficam como sendo uma ação na área que conveniu chamar de cultura.

Não podemos omitir o fato que pensar a política cultural no Brasil é algo estimulador, por conter contornos de progressos e processos anacrônicos. Tratar de tais aspectos com foco em artes visuais busca evidenciar o processo tendo como base uma área que está, por vezes, subjugada. As reflexões contidas no dossiê trabalham no sentido de exacerbação de ações que consideramos como centrais para o entendimento de parte da política cultural do país. O esforço se manifesta pela heterogeneidade na variação das análises empreendidas, buscando uma posição reflexiva frente ao processo estabelecido, na busca pela compreensão dos aspectos normativos, políticos, históricos e institucionais.

Artes visuais é parte fundamental de uma experiência visual, o que entendemos como uma percepção sensorial, que se utiliza de imagens visuais como a de objetos (pintura, escultura, gravura, fotografia, cinema etc.), assim de outras materialidades (novas tecnologias, performances etc.) para expressão de ideias tematizando assuntos sociais, imaginários e/ou formais. Para as Ciências Humanas, os produtos resultantes de Artes Visuais, além de servirem à apreciação, podem ser entendidas como um documento de sua época, uma maneira de exacerbação das relações sociais em determinados contextos. Apesar do esforço acima, no entanto, não cabe a este dossiê determinar o que é ou não cultura, e quais os limites que devem ser adotados no entendimento das Artes Visuais, mas

nos cabe refletir com base no material apresentado, as escolhas a respeito do que se denomina como sendo cultura e seus aportes político institucionais, ou mesmo como uma política de governo ou no estabelecimento de uma política de Estado.

Acreditamos que o conjunto do material apresentado pode contribuir, em parte, para instigar outros estudos e a criação de novas perguntas ou metodologias. Fazendo com que a prática científica se expanda com o princípio fundamental da contestação das hipóteses testadas. Para que a continuidade deste quadro venha a ser completado por outros pesquisadores. Assim como, a partir de tal debate, gestores possam repensar seus trabalhos futuramente.

Com base no material produzido no dossiê, foi possível apresentar os pontos e contrapontos destinados ao entendimento mais ampliado da política cultural posto em prática no Brasil, por meio do cenário variado apresentado. A diversidade dos artigos apresentados evidencia que o mote para o entendimento e aprofundamento das questões são multifacetados e multidisciplinares, o que nos permite entender que a junção de política cultural com artes visuais abre um leque de possibilidades analíticas, por vezes, raros em outras formas de estudos. Não apenas atentando para a variedade de temas apresentados, mas também pela contemplação de estudos de regiões que por vezes se encontram alijadas de parte das discussões referentes ao tema. Evidenciando não apenas um amplo e fértil material de estudo, assim como análises extremamente importantes.

Assim como o estudo de Lia Calabre (2009) é entendido como seminal para uma estruturação de um entendimento das políticas culturais no Brasil, não obstante a contribuição de José Álvaro Moisés (2001), podemos colocar este dossiê também como uma forma acadêmica para o aprofundamento deste campo de estudo. Houve a preocupação em grande parte dos artigos em trazer para a discussão as ações implementadas em algumas situações, para que a reflexão teórica fosse posta ao diálogo com as ações práticas, observadas em estudos de casos ou mesmo levantamentos objetivos.

A intenção do trabalho empreendido visa, contudo, se posicionar frente às discussões já encaminhadas a respeito das Artes Visuais e as Políticas Culturais no Brasil. É possível notar que em relação ao compromisso Estatal aos vieses das artes visuais, o caminho da trajetória tem apontado para um ganho contido e limitado

das ações, uma vez que, as sucessivas descontinuidades apontadas pelos estudos demonstram uma relação de desenvolvimento comprometido, dado ao descompasso de sua continuidade. Tendo por conduta a intenção e aprofundar os estudos estabelecidos ou em curso, o dossiê Artes Visuais e Políticas Culturais no Brasil intenta contribuir no fortalecimento desse debate, e na construção de formas e olhares que se permitam interdisciplinares.

Referências

ANDRIANI, André Gilles. A Atuação da FUNARTE através do INAP no Desenvolvimento Cultural da Arte Brasileira Contemporânea nas Décadas de 70 e 80 e Interações Políticas com a ABAPP. Dissertação (mestrado). Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010

Barbosa Lima, L. P.; Ortellado, P.; Souza, V. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. [O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. *IV Seminário Internacional de Políticas Culturais*, 2013.]

Calabre, L. *Políticas culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Moisés, J.A. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: *Cultura e democracia*, volume I. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Cultura, 2001. p. 13.